

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO Nº. /07

(Do Sr. SILVIO COSTA)

Solicita sejam convidados a comparecer a esta Comissão para prestarem esclarecimento sobre o teor dos projetos de lei abaixo relacionados.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., nos termos regimentais, ouvido o Plenário, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser previamente agendada, o Dr. Sérgio José Américo Pedreira, Diretor Geral da Secretaria do Superior Tribunal Federal, e o Dr. Carlos Frederico Santos, Secretário-Geral do Ministério Público da União, afim de prestarem, respectivamente, esclarecimentos sobre o teor do Projeto de Lei n.º 7.297/06, que dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal, referido no art. 48, XV, da Constituição Federal, e do Projeto de Lei n.º 7.298/06, que dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República, referido no art. 37, XI e art. 39, § 4º, c/c o art. 127, § 2º e art. 128, § 5º, I, c, da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Estamos apresentando o requerimento acima com o objetivo de obter maiores esclarecimentos sobre o teor das duas proposições retrocitadas, que concedem, como é de conhecimento nesta Comissão, um aumento no valor dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador Geral da República.

Nossa intenção é colaborar no sentido de que esta matéria, que reputamos das mais relevantes a serem apreciadas nesta Comissão, seja bem compreendida entre nós, uma vez que o aumento do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal tem repercussões automáticas na remuneração dos membros dos demais tribunais superiores.

Como temos visto, registra-se um crescente aumento dos gastos do Poder Judiciário na composição do Orçamento Geral da União nos últimos tempos. Neste contexto, o aumento dos subsídios dos membros dos Tribunais Superiores deve ser examinado com cuidado, especialmente porque tais aumentos podem ter influência posterior na remuneração dos demais servidores do Poder Judiciário.

Diante disto, contamos com o apoio dos demais membros desta Comissão para a realização de Audiência Pública, com a participação dos senhores Diretores Gerais do DTF e do MPU, para ouvirmos deles não só esclarecimentos sobre os aumentos pretendidos, como também a sua opinião sobre eventuais desdobramentos financeiros das duas medidas sobre a remuneração dos demais servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado SILVIO COSTA